ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O TEMA

CIVIC-MILITARY SCHOOLS: AN ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTIONS ON THE TOPIC

ESCUELAS CÍVICO-MILITARES: UN ANÁLISIS DE LAS PRODUCCIONES ACADÉMICAS SOBRE EL TEMA

Lucas Mateus Vieira de Godoy Stringuetti[1]
Luciane Penteado Chaquime[2]

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar os projetos de escolas cívico-militares na educação, em publicações acadêmicas, no período de 2000 a 2024. Partimos da justificativa de que o princípio da gestão democrática e participativa, que está na Constituição Federal de 1988 e institucionalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, não está sendo cumprido, uma vez que as propostas educacionais das escolas cívico-militares criadas a partir do Decreto nº 10.004/2019, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), vai na contramão dessa ideia. Usamos como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica. Os trabalhos acadêmicos revisados e discutidos neste texto foram retirados da Biblioteca Eletrônica Científica Online, também denominada *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) — biblioteca digital de livre acesso. As palavras-chave buscadas foram: autoritarismo em educação; cívico-militar; educação moral e cívica; escola pública; e militar e escola. Os resultados indicam que os autores analisados desaprovam a implantação de escolas cívico-militares. Além disso, verificamos que os artigos analisados foram publicados, de forma predominante, depois de 2019 — ano da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Conclui-se que as escolas cívico-militares são um projeto político neoliberal e, portanto, contrário à educação democrática e à formação de cidadãos críticos, autônomos e emancipatórios.
PALAVRAS-CHAVE: escolas cívico-militares; neoliberalismo; gestão democrática.

ABSTRACT
This article aims to analyze the projects of civic-military schools in education in academic publications from 2000 to 2024. We start from the justification that the principle of democratic and participatory management that is in the Federal Constitution of 1988 and institutionalized in the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) of 1996, is not being fulfilled, since the educational proposals of the civic-military schools created from Decree No. 10.004/2019, under the government of Jair Messias Bolsonaro, which instituted the National Program of Civic-Military Schools (Pecim), go against this idea. We use documentary and bibliographic research as a methodology. The academic papers reviewed and discussed in this text were taken from the Scientific Electronic Library Online (SciELO) — an open-access digital library —, which contains scientific journals. The keywords searched were: authoritarianism in education, civic-military, moral and civic education, public school, and military and school. The results indicate that the authors analyzed disapprove of the implementation of civic-military schools. In addition, we found that the articles analyzed were predominantly published after 2019 — the year in which the National Program of Civic-Military Schools (Pecim) was created. We conclude that civic-military schools are a neoliberal political project and, therefore, contrary to democratic education and the formation of critical, autonomous, and emancipatory citizens.
KEYWORDS: civic-military schools; neoliberalism; democratic management.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar los proyectos de escuelas cívico-militares en educación en publicaciones académicas de 2000 a 2024. Partimos de la justificación de que el principio de gestión democrática y participativa que está en la Constitución Federal de 1988 e institucionalizado en la Ley de Directrices y Bases de la Educación

[1] Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9683-7873
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1837-5973

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

Nacional (LDB) de 1996, no se está cumpliendo, ya que las propuestas educativas de las escuelas cívico-militares creadas a partir del Decreto nº 10.004/2019, bajo el gobierno de Jair Messias Bolsonaro, que instituyó el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (Pecim), van en contra de esta idea. Utilizamos la investigación documental y bibliográfica como metodología. Los artículos académicos revisados y discutidos en este texto fueron tomados de Scientific Electronic Library Online (SciELO) — una biblioteca digital de acceso abierto —, que contiene revistas científicas. Las palabras clave buscadas fueron: autoritarismo en la educación, cívico-militar, educación moral y cívica, escuela pública, y militar y escuela. Los resultados indican que los autores analizados desaprueban la implementación de las escuelas cívico-militares. Además, se encontró que los artículos analizados se publicaron predominantemente después de 2019, año de la creación del Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (Pecim). Concluimos que las escuelas cívico-militares constituyen un proyecto político neoliberal y, por lo tanto, son contrarias a la educación democrática y a la formación de ciudadanos críticos, autónomos y emancipadores.
PALABRAS CLAVE: escuelas cívico-militares; neoliberalismo; gestión democrática.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar como os projetos de escolas cívico-militares[3] ou que conferem a participação dos militares na educação aparecem nas publicações acadêmicas no período da Nova República no Brasil. Justifica-se este trabalho pelo fato de o princípio da gestão democrática e participativa, anunciado pela Constituição Federal de 1988 e institucionalizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, sofrer uma distorção com as propostas educacionais das escolas cívico-militares, especialmente após a publicação do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

O Pecim foi criado em 2019 pelo Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Defesa, e, mesmo após ter encerrado, está sendo implementado atualmente com o apoio dos estados e municípios. O seu intuito é inserir o modelo de escola cívico-militar em escolas públicas de ensino regular que apresentam baixo resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e que atendam alunos em situações de vulnerabilidade. O propósito do programa é promover a melhoria na qualidade da educação básica nos ensinos fundamental e médio e contribuir para o Plano Nacional de Educação, bem como para a redução da evasão, repetência e abandono escolar. Em 2020, 43 escolas aderiram ao Pecim. Destas, 13 foram na região Norte, 5 no Nordeste, 10 no Centro-Oeste, 2 no Sudeste e 13 na região Sul. A meta inicial era implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023 (Brasil, [20--]).

[3] É importante destacar que as escolas cívico-militares se diferem das escolas militares. As primeiras fazem parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) e apresentam uma gestão compartilhada entre civis e militares, em que a parte pedagógica fica sob o trabalho dos educadores civis, e os militares atuam na disciplina e na gestão educacional. Já as escolas militares são mantidas pelas Forças Armadas e têm o objetivo de formar estudantes para a carreira militar. No que diz respeito ao financiamento, as escolas cívico-militares recebem recursos públicos do Ministério da Educação (MEC) e de Secretarias Estaduais de Educação, e as escolas militares geralmente são financiadas pelo Ministério da Defesa.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

No atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Pecim foi encerrado, mas muitos governadores, como dos estados de São Paulo, Paraná e Goiás, continuam investindo na presença dos militares nos colégios públicos. Na realidade, o Pecim é um projeto autoritário, que visa acabar com uma escola democrática, que eduque alunos para terem pensamentos críticos e uma formação emancipadora, alunos capazes de questionar e transformar a sociedade em que vivemos.

Como metodologia, baseamo-nos nas ideias de Costa e Costa (2015) sobre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, analisamos o site do Pecim[4], trechos da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 sobre educação, e artigos da plataforma *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), uma biblioteca digital de livre acesso, em que se encontram periódicos científicos. Como recorte cronológico, analisamos as produções bibliográficas sobre projetos de escolas cívico-militares publicadas no período de 2000 a 2024. A fundamentação teórica consiste em autores que abordam os efeitos do neoliberalismo na educação e a importância de uma gestão democrática e participava na escola.

Após a introdução, o texto está organizado da seguinte forma: metodologia, em que tratamos dos aportes metodológicos fundamentais para a escrita deste trabalho; fundamentação teórica, em que discutimos estudiosos que analisam as estratégias do neoliberalismo na educação, bem como autores que tratam da importância de uma gestão democrática e participativa nas escolas públicas; revisão bibliográfica, em que examinamos os artigos encontrados para verificar os pontos de vista dos autores sobre a participação dos militares na escola pública; e, por fim, esboçamos as considerações finais deste trabalho.

METODOLOGIA

O levantamento dos artigos aqui analisados foi feito no mês de novembro de 2024, com as seguintes palavras-chave: autoritarismo em educação; cívico-militar; educação moral e cívica; escola pública; e militar e escola. Trabalhos que não envolviam a participação dos militares na educação foram deixados de lado pelo critério de exclusão, levando em consideração seus resumos e títulos.

Os autores dos textos discutidos aqui são, em sua maioria, da área da educação, sendo somente dois artigos que contam com a contribuição de profissionais de outras áreas: psicologia e economia. Ao todo, analisamos 12 artigos encontrados na plataforma SciELO. A partir da

[4] O site está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://pecim.ibict.br/sobre-o-pecim/.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

palavra-chave “autoritarismo”, encontramos apenas um artigo que consideramos relevante para tratar neste trabalho. Denominado “Um estudo histórico sobre o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Política Militar de Uberaba – MG”, o texto foi escrito por Oliveira e Barbosa (2017). A partir do termo “cívico-militar”, também achamos apenas um artigo relevante para nossa pesquisa, que está sob forma de *preprint*, nomeado “Programa Escola Cívico-Militar: diagnóstico do presente”, de Souza e Santos (2022). Ao buscarmos pelo termo “educação moral e cívica”, foi selecionado somente o artigo “Educação Moral e Cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora”, escrito por Amaral e Castro (2020). A palavra-chave “escola pública” resultou em sete artigos relevantes para a consecução deste texto: “A cidadania desde a infância contra a lógica da militarização da escola pública no Brasil”, de Mesquita (2024); “Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional”, de Santos e Alves (2022); “O processo de militarização de uma Escola Estadual Pública em Goiás”, de Alves e Ferreira (2020); “Uma análise bioética das escolas cívico-militares no Distrito Federal”, de Tomasini, Pereira e Holanda (2023); “Ordem, limpeza e germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares”, de Roseiro, Gonçalves e Rodrigues (2020); “Quando a polícia militar vai à escola: uma avaliação de impacto no Programa Escola Segura”, produzido por Lopes e Rossato (2023); “Temos projetos e temos polícia: visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar”, de Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) — esta última, profissional da psicologia. Na busca pelo termo “militar e escola”, dois artigos foram úteis para nossa pesquisa: “A concepção cívico-militar de educação integral e(m) tempo integral”, escrito por Silva (2023); e “Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará”, desenvolvido por Benevides e Soares (2020), ambos da área da economia.

Com o intuito de organizamos melhor as palavras-chave que utilizamos, os títulos dos artigos, os autores e os anos de publicação, criamos o quadro abaixo. Resolvemos manter os artigos por ordem de palavras-chave pesquisados.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

QUADRO 1 – Lista de artigos sobre os projetos educacionais das escolas cívico-militares pesquisados na SciELO

Palavras-chave	Título do artigo	Autoria	Ano de publicação
Autoritarismo em educação	Um estudo histórico sobre o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba – MG (1964-1968)	Anelise Martinelli Borges Oliveira e Raquel Lazzari Leite Barbosa	2017
Cívico-militar	Programa Escola Cívico-Militar: diagnóstico do presente	Juliana Boanova Souza e Suelen Assunção Santos	2022
Educação moral e cívica	Educação Moral e Cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora	Daniela Patti do Amaral e Marcela Moraes de Castro	2020
Escola pública	A cidadania desde a infância contra a lógica da militarização da escola pública no Brasil	Delma Lúcia de Mesquita	2024
	Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional	Eduardo Junio Ferreira Santos e Miriam Fábia Alves	2022
	O processo de militarização de uma Escola Estadual Pública em Goiás	Miriam Fábia Alves e Neusa Sousa Rêgo Ferreira	2020
	Uma análise bioética das escolas cívico-militares no Distrito Federal	Ana Júlia Tomasini, Felipe Medeiros Pereira e Marianna Assunção Figueiredo Holanda	2023
	Ordem, limpeza e germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares	Steferson Zanoni Roseiro, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves e Alexsandro Rodrigues	2020
	Quando a polícia militar vai à escola: uma avaliação de impacto do Programa Escola Segura	Cleber Lopes e Rafael Rossato	2023
	Temos projetos e temos polícia: visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar	Valéria Cristina de Oliveira, Natália Marcelino Dutra e Laura Figueiredo Ludgero	2023
Militar e escola	A concepção cívico-militar de educação integral e(m) tempo integral	Bruno Adriano Rodrigues da Silva	2023
	Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará	Alesandra de Araújo Benevides e Ricardo Brito Soares	2020

Fonte: os autores, a partir da coleta de dados da SciELO, 2025

Como podemos ver acima, a maioria dos artigos que pesquisamos e examinamos foi publicada após o ano de 2019, quando foi criado o Pecim, no governo do ex-presidente Bolsonaro, sendo apenas um trabalho publicado antes, em 2017. Isso mostra a influência que o Pecim teve no desenvolvimento das escolas cívico-militares pelo Brasil e na análise dos estudiosos sobre o tema.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

No Brasil, o processo de gestão da educação está alinhado ao modelo empresarial do sistema capitalista. Os interesses do capital estão presentes nas metas e nos objetivos das instituições, que devem se adaptar a esse modelo econômico. O diretor de escola, ao invés de ser um educador comprometido com os alunos e a realidade escolar, na maior parte do tempo realiza processos burocráticos, repassa ordens e fica refém de programas educacionais que não contribuem com o aprendizado significativo dos estudantes (Hora, 2012).

De acordo com Hora (2012), a escola é um local que reproduz as relações sociais, um espaço em que os grupos sociais lutam pela legitimidade e pelo poder. Para Klippel e Wittmann (2012), a escola é um espaço de formação humana, de construção do sujeito e, portanto, ela se opõe ao processo de dominação do indivíduo, inclusive a projetos autoritários de ensino.

Ainda segundo Klippel e Wittmann (2012), existem duas tendências relacionadas à gestão escolar: a perspectiva que prioriza o mercado e a que privilegia a emancipação humana. Consideramos que o modelo educacional das escolas cívico-militares está voltado à visão mercadológica, a qual exige uma gestão autoritária, que pode ser gerencial e impositiva, diferentemente de um modelo que valoriza a emancipação humana, com uma gestão compartilhada e autogestionária.

Ao verificarmos os conceitos de gestão democrática e participativa por meio da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, encontramos um contraponto ao estabelecimento do Pecim, no que diz respeito à gestão escolar implantada nas escolas cívico-militares.

No artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, fica claro que a educação brasileira será ministrada com base no princípio da gestão democrática do ensino público (Brasil, 1988). A LDB de 1996, no artigo 14, estabelece que a Lei dos Estados, Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com diversos princípios, entre eles: a participação dos profissionais da educação no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola, a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselheiros Escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Nesse sentido, é nítido que esses documentos afirmam que o ensino público no país deve seguir uma gestão democrática e participava, diferentemente do que estabelece o Pecim, o qual, como vimos, se pauta na inserção dos militares na educação básica, com o objetivo de promover

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

a melhoria da qualidade dos ensinos fundamental e médio e contribuir para o Plano Nacional de Educação, para a redução da evasão, repetência e do abandono escolar (Brasil, [20--]). Todavia, essa melhoria não ocorre na prática, pois o que existe é uma gestão autoritária e vertical. A escola participativa só existe, como destacam Lück *et al*. (2012), bem como Hora (2012) e Klippel e Wittmann (2012), sob o viés de uma gestão democrática, e isso não envolve a participação dos militares nas instituições escolares públicas.

Conforme Silva (2014), a discussão sobre gestão democrática no Brasil era reflexo das lutas populares travadas na sociedade brasileira, que vivenciava o contexto da Ditadura Militar no país (1964-1985). Eram reivindicados eleições diretas para a administração escolar, conselhos escolares, assembleias com a participação da comunidade escolar, construção coletiva e participativa dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e a permanência de crianças, jovens e adultos na escola.

Consideramos que o projeto das escolas cívico-militares está ligado ao neoliberalismo e às medidas políticas de governantes que apoiam esse sistema político e econômico. Bartolozzi e Ellen (2020) defendem essa ideia relacionando a política neoliberal à militarização da escola pública no Brasil. Para as autoras, o corte de políticas sociais realizado pela Emenda Constitucional nº 95/2017 provocou o congelamento de investimentos públicos até 2036. Muitas outras medidas revelam um projeto que pretende privatizar o ensino público brasileiro, com o objetivo de transformar a educação em um instrumento de controle de mentes e hábitos ultraconservadores.

A escola cívico-militar segue o mesmo caminho, pois, associada ao projeto neoliberal, pretende desenvolver a moralização do sujeito trabalhador para que ele possa ser disciplinado e empreendedor. Os princípios da Nova Gestão Pública (NGP) norteiam a política neoliberal. A ideia é trazer conhecimentos da gestão empresarial com o objetivo de melhorar a eficácia e a eficiência do trabalho público por meio da implementação de instrumentos de controle (Bartolozzi; Ellen, 2020).

De acordo com Bartolozzi e Ellen (2020), o neoliberalismo faz com que o Brasil esteja voltado aos interesses do mercado mundial. O intuito é garantir os objetivos daqueles indivíduos que querem conservar a sociedade desigual, patriarcal, com grande concentração de renda e submetida às normas de igrejas. O governo Bolsonaro, ao criar o Pecim, buscou enfraquecer a escola pública para formar sujeitos que tenham mentes e hábitos conservadores. O Pecim, ao apresentar um projeto de militarização da educação pública, que tenta manter o controle disciplinar das escolas, entra em embate com a liberdade de participação dos indivíduos que

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

vivem na escola, pois foi criado e permanece ativo pelos governantes que defendem esse projeto voltado para uma política educacional de um Estado de caráter policial e militar.

Laval e Vergne (2023) defendem que, se quisermos reduzir as desigualdades, desenvolver uma forma eficiente de participação democrática e proteger e melhorar o mundo que habitamos, devemos combater e superar o sistema capitalista. Essa revolução deve ser democrática, social e ecológica. Para os estudiosos, nas últimas décadas do século XX, o sistema escolar foi dominado pela lógica neoliberal, que defende uma educação ligada ao mundo empresarial. Isso é perigoso, porque os alunos não desenvolvem o senso crítico e a formação para exercer a cidadania, mas são moldados para serem transformados em capital humano e seguir uma cultura corporativa.

Conforme Laval e Vergne (2023), a educação carece de liberdade e democracia. Segundo os autores, "Só a democracia social e ecológica, ao fazer da solidariedade para com os humanos e da responsabilidade ecológica para com os *habitats* o grande negócio do século, poderá conferir-lhe um sentido real" (Laval; Vergne, 2023, p. 16). Nesse sentido, os estudiosos defendem que a escola deve se manter afastada dos poderes que até o momento tentaram instrumentalizá-la e dominá-la, como as instituições religiosas, governos ou empresas capitalistas.

As escolas cívico-militares fazem parte de um projeto neoliberal de ensino que atribui valor econômico à educação. A situação de instituições públicas brasileiras mal geridas, com salas superlotadas, falta de recursos e docentes, e desvalorização dos professores, ocorre de forma proposital pelas mãos das elites econômicas e políticas, que são generosas nos discursos, mas na prática não têm interesse em investir no sistema educacional público, democrático e que eduque seres pensantes. A nova ordem educacional visa transformar a escola em empresa e atender aos interesses econômicos, com o objetivo de formar indivíduos flexíveis e trabalhadores autônomos. O empregador apenas deseja ter um trabalhador obediente que atenda a instruções de forma passiva (Laval, 2019).

Kuenzer (2017) afirma que o capitalismo flexível exige que o trabalhador seja ágil, esteja aberto a mudanças e disposto a assumir riscos. A flexibilização também atinge docentes, pois a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que trata da reforma do Ensino Médio, prevê a contratação de profissionais que tenham o notório saber para lecionar. Isso abre brecha para que especialistas formados em outras áreas possam ocupar lugares de professores que tenham cursado licenciatura. Verifica-se que a educação neoliberal ataca todos os lados do ensino.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

O projeto de educação das escolas cívico-militares, ao fazer parte do modelo de ensino neoliberal, pretende formar indivíduos que não pensem, sejam controlados pelo sistema e se formem para atender ao mercado de trabalho no modelo de flexibilização, para ser um profissional multitarefa e exercer trabalhos temporários, simplificados, repetitivos e que não necessitem de uma formação qualificada, mas de certificados e conhecimentos básicos, os quais talvez o atual ensino médio forneça (Kuenzer, 2017).

Pensamos que o projeto de escolas cívico-militares se enquadra nessa aprendizagem flexível, que é uma nova forma de mercadoria, e para ser produzida e consumida tem o propósito de formar sujeitos que tenham subjetividades flexíveis, voltadas para o pragmatismo e o presentismo (Kuenzer, 2017). A educação que faz os alunos pensarem e se tornarem seres críticos, principalmente as disciplinas de ciências humanas, é deixada de lado em nome do momento, do presente, em que tudo ocorre de forma rápida e passageira. No modelo de ensino neoliberal, a experiência histórica é substituída pela experiência do agora, e, por isso, os alunos não se formam para serem cidadãos críticos, mas para serem mais um trabalhador, um multitarefas.

Concordamos com Laval (2019) que é de extrema urgência que a educação passe a ser vista como uma pauta constituída nas representações sociais e como um bem público e comum nos programas políticos. Consideramos ser essencial os políticos deixarem de lado a proposta de ensino como mercadoria e a escola como empresa, e isso implica excluir os projetos de escolas cívico-militares, que, como verificamos pela discussão dos textos aqui analisados, são um retrocesso para a educação brasileira, não compatíveis com um sistema educacional de modelo democrático, representativo, crítico, plural e que valoriza a diversidade e a autonomia da comunidade escolar.

OS PROJETOS DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Diante do exposto, analisamos os artigos encontrados na SciELO para a consecução desta pesquisa. Levamos em consideração o ponto de vista dos autores sobre os projetos de escolas cívico-militares, no período de 2000 a 2024, e a análise foi dividida em três partes: primeiro, examinamos os trabalhos relacionados à polícia ou ao envolvimento dos militares na educação; depois analisamos os textos voltados à discussão, especificamente, dos projetos educacionais das escolas cívico-militares; posteriormente, refletimos sobre as conclusões que esses autores chegaram sobre o assunto.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

Seguindo nosso critério de análise já ressaltado, tratamos primeiramente dos artigos de Oliveira e Barbosa (2017), Lopes e Rossato (2023), Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) e Benevides e Soares (2020), pois são trabalhos que abordam o envolvimento da polícia ou dos militares na educação, e não de maneira direta o projeto político-educacional das escolas cívico-militares.

O trabalho de Oliveira e Barbosa (2017) tem como intuito entender o processo de criação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba – MG (CTPM – Uberaba). As autoras abordam o período de 1964 a 1968, que corresponde ao momento de abertura do colégio. Como fontes para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizados legislação, jornal, fotografias de épocas e documentos dos militares. O estudo ressalta a preocupação que os civis-militares tinham no período da Ditadura Militar Brasileira para espalhar os valores militares além dos quartéis, num momento em que o autoritarismo no país estava em alta.

Atualmente, o CTPM – Uberaba é destinado a dependentes de policiais e bombeiros militares, sendo mantido pela Polícia Militar de Minas Gerais, com verba do próprio estado de Minas Gerais. O estabelecimento é considerado um dos mais antigos da cidade mineira. Além disso, as autoras verificaram que ainda permanece, após o fim do período ditatorial brasileiro, o mesmo conjunto de valores hierárquicos militares estabelecidos no início da ditadura militar, em 1964 (Oliveira; Barbosa, 2017).

Para Oliveira e Barbosa (2017, p. 232), os valores ainda presentes atualmente são:

> a padronização do uniforme escolar em consonância com o vestuário militar; a utilização de cabelos aparados, por parte de alunos do sexo masculino, bem como de cabelos presos e sem tintura "exótica", por parte dos alunos; a não utilização do uniforme em "lugares, socialmente reprováveis"; a proibição de uso de material sem fins pedagógicos (celular, revistas, guloseimas etc.) dentro da escola; a prática de atos que venham a desrespeitar os Símbolos Nacionais; a não exposição do nome do colégio "em mensagens que atentem contra a moral"; dentre outros [...].

Apesar de o artigo não tratar diretamente das escolas cívico-militares, Oliveira e Barbosa (2017) chamam a atenção para o fato de que a compreensão do processo histórico da criação do CTPM – Uberaba na contemporaneidade é fundamental para entendermos o processo de militarização das escolas públicas que vem ocorrendo no Brasil, uma vez que muitos governos estatais, com o objetivo de controlar a violência e o rendimento dos alunos, estão incumbindo as polícias militares da gestão das escolas públicas. Nesse sentido, as autoras criticam a participação dos militares no processo de gestão das escolas públicas no país.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

O trabalho de Lopes e Rossato (2023) volta-se para a discussão sobre o programa Escola Segura, que é uma iniciativa do Governo do Paraná, em parceria com a Polícia Militar e as Secretarias de Estado da Educação e do Esporte e da Segurança Pública, com o objetivo de empregar policiais militares da reserva remunerados ou reformados para evitar a violência escolar e melhorar a segurança das escolas estaduais do estado do Paraná.

De acordo com Lopes e Rossato (2023), o governador do Paraná, Ratinho Júnior, já defendia a proposta de implantar o programa Escola Segura em sua candidatura em 2018. No entanto, três dias após o massacre de Suzano[5], no estado de São Paulo, em 2019, o governador do Paraná resolveu estabelecer o Escola Segura. Três cidades foram escolhidas para participar do projeto-piloto: Londrina, Foz do Iguaçu e a Região Metropolitana de Curitiba.

O papel dos militares no programa Escola Segura é inibir delitos ou descobrir ocasiões problemáticas e informar a equipe pedagógica sobre o ocorrido. Esses oficiais também atuam em contextos de atos infracionais ou em situações disciplinares se houver necessidade por parte da direção escolar. Segundo Lopes e Rossato (2023), o programa parece ser voltado para situações de extrema violência, como o caso de Suzano. Para os autores, pesquisas futuras deveriam investigar o processo de criação do Escola Segura, que foi lançado rapidamente no contexto do clamor público devido ao massacre de Suzano. Os estudiosos criticam esse tipo de programa, pois tira a racionalidade do debate público, o qual deveria focar em políticas públicas que realmente contribuam para uma escola mais democrática e participativa. Conforme os autores, esse tipo de política facilita a ação de empreendedores morais ou grupos de interesse que esperam uma oportunidade para vender soluções como a do estabelecimento de policiais militares da reserva interessados no trabalho.

Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) investigam o entendimento dos diretores de escolas estaduais de Minas Gerais sobre as estratégias de prevenção de violência adotadas nas instituições de ensino em que trabalham. Foram analisadas entrevistas semiestruturadas realizadas com 79 diretores de escolas estaduais no âmbito do projeto coordenado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/UFMG), em 2012, para examinar o projeto Escola Viva, Comunidade Ativa (EVCA),

[5] Essa tragédia ocorreu na cidade de Suzano, no estado de São Paulo, no dia 13 de março de 2019, na Escola Estadual Professor Raul Brasil. Na ocasião, dois ex-alunos mataram cinco estudantes e duas funcionárias da escola. Antes da tragédia, num comércio perto da escola, os assassinos também mataram o tio de um deles. Após o massacre, um dos assassinos matou o aliado e depois cometeu suicídio.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

com o auxílio da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). O trabalho também contou com uma enquete em que participaram estudantes e docentes.

De acordo com Oliveira, Dutra e Ludgero (2023), foi verificado, por meio da pesquisa, que as escolas apresentam dificuldades para intervir em situações mais graves, encontrando poucos recursos para acabar com a violência na instituição. As autoras acreditam que os profissionais que trabalham na educação possam assumir o protagonismo para prevenir a violência no contexto escolar. Consideramos que as ideias defendidas pelas estudiosas são relevantes para refletirmos sobre a importância de deixarmos de lado medidas autoritárias implantadas pelos governos de combate à violência nas escolas.

O artigo de Benevides e Soares (2020) trata do diferencial de desempenho de alunos que estudam nas escolas militares em comparação com os estudantes de escolas públicas do Ceará. Segundo os autores, o bom desempenho dos alunos das escolas militares do Ceará em avaliações como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é questionável, uma vez que os estudantes dos colégios militares são normalmente diferenciados não somente pelas características familiares, mas também devido ao processo de seleção que as escolas militares estabelecem. Nesse sentido, o bom desempenho das escolas militares, segundo os autores, pode estar mais ligado ao processo seletivo do que à proposta pedagógica dessas instituições.

Ainda conforme Benevides e Soares (2020), outro diferencial dos colégios militares estaduais em comparação com outras escolas públicas da rede do Ceará é o fato de terem maior autonomia de gestão e fontes complementares de recursos. Os recursos que chegam às escolas militares do Ceará provêm não somente da Secretaria da Educação Básica, mas também da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado e de uma taxa mensal que é cobrada dos alunos, a qual, segundo os autores, seria um valor simbólico.

Como podemos perceber, o trabalho de Benevides e Soares (2020) mostra que os estudantes dos colégios militares estaduais do Ceará têm desempenho melhor do que alunos das escolas públicas desse mesmo estado, em avaliações como Prova Brasil e o Enem. No entanto, isso é resultado do critério do processo seletivo implantado nas escolas militares, bem como do fato de possuírem maior autonomia e fontes complementares de recursos que chegam de diversas formas, diferentemente do que acontece nas escolas públicas não militares desse estado. Assim, pensamos que os estudantes desses colégios militares vão bem em determinadas avaliações não pelo processo pedagógico dessas instituições, mas devido aos meios que elencamos acima.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

Por isso, defendemos que os governantes do Brasil possam investir mais recursos nas escolas públicas estaduais, valorizando os professores e melhorando a infraestrutura dessas escolas, a fim de construir uma gestão democrática e participativa, com uma educação emancipadora, formando alunos com pensamentos críticos. Com isso, não seria necessário investir tantos recursos financeiros em projetos paralelos com objetivos políticos e voltados a uma gestão autoritária, como o caso das escolas cívico-militares.

Após examinarmos os trabalhos acima, discutimos a seguir os artigos que tratam sobre os projetos de escolas cívico-militares de forma específica, com o intuito de verificar os argumentos dos autores sobre essa forma de ensino. Iniciamos por Souza e Santos (2022), que trazem mais questionamentos do que respostas sobre as escolas cívico-militares.

Souza e Santos (2022) objetivam realizar um diagnóstico do presente e, por isso, fazem uma análise histórica dos processos de militarização da escola pública no Brasil, levando em conta as suas rupturas, continuidades e descontinuidades. As autoras também realizam uma revisão de literatura no catálogo de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre o assunto.

Segundo Souza e Santos (2022), para compreender o processo atual de criação das escolas cívico-militares no país, temos que entender o contexto histórico da década de 1960 no Brasil, quando ocorreu um golpe de Estado, o qual levou ao poder os militares, apoiados pela burguesia e pela elite. Nesse sentido, a política educacional no Brasil foi conduzida sob um regime ditatorial, com base no liberalismo econômico, orientado pelo mercado, sob o qual os governantes faziam a sua política.

Voltando-se para o passado da Ditadura Militar no Brasil, as autoras questionam o que levaria o país, sob o governo de Bolsonaro, a investir de forma insistente no projeto de escolas cívico-militares. Não trazem respostas diretas, mas indiretamente criticam esse projeto educacional, que interfere nas escolas públicas pautadas por uma gestão democrática. O projeto de escolas cívico-militares carrega um passado autoritário e antidemocrático, que, além de não melhorar a educação no país, esconde o interesse político de controlar corpos e mentes, sob um viés conservador e autoritário. É só lembrarmos a tentativa recente de golpe de Estado no Brasil que o governo federal, sob a liderança de Bolsonaro, tentou aplicar.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

Amaral e Castro (2020) tratam da discussão sobre a possível retomada da obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC)[6] nos currículos escolares. De acordo com as estudiosas, durante a campanha eleitoral de 2018, o vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, afirmou que o tema interessava ao candidato à Presidência da República, Bolsonaro. Destarte, as autoras partem do pressuposto de que essa ação está relacionada a um projeto de gestão como tecnologia moral da educação.

Para elas, o governo de Bolsonaro, ao tentar implantar o projeto de escolas cívico-militares via decreto, agiu de forma autoritária, pois mostrou que não estava disposto a dialogar com a sociedade civil sobre o tema. Assim, a gestão democrática de escola nesse projeto fica inviabilizada. Concomitantemente, ao adotar o modelo de gestão militar nas escolas cívico-militares, o presidente Bolsonaro e sua equipe política não levaram em consideração o que está inserido na LDB de 1996, com relação ao princípio da gestão democrática imposto pela Constituição Federal de 1988, do qual tratamos inicialmente.

Fica claro, conforme Amaral e Castro (2020), que a defesa da reintrodução da disciplina EMC nas escolas do país força uma tentativa de atuar no imaginário coletivo para garantir o controle da juventude, da ordem e dos bons costumes. Além disso, o senador Flávio Bolsonaro apresentou o Projeto de Lei nº 2170/2019, para alterar o que propõe a LDB e incluir disciplinas como Empreendedorismo, Matemática, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política no Brasil no conjunto dos temas transversais obrigatórios da educação básica. De acordo com Amaral e Castro (2020), Flávio Bolsonaro argumentou que a EMC seria essencial para o bom funcionamento da sociedade, fazendo com que os estudantes adquirissem conceitos e valores da vida em sociedade, adequados à noção de segurança nacional. Isso também impulsionaria o patriotismo.

Amaral e Castro (2020) destacam que a disciplina EMC está alinhada a uma pauta moral cristã, que, ao invés de abrir a mente da juventude, possibilitando o desenvolvimento de pensamentos críticos, induz à crença de que existem estudantes perdidos, carentes de valores que os auxiliarão na conquista de uma cidadania para viverem em uma sociedade democrática. Todavia, essa proposta está mais voltada para um consenso de valor único e não plural, deixando de lado uma escola e sociedade democráticas.

[6] Cabe destacar que a disciplina Educação Moral e Cívica foi introduzida nas escolas do Brasil durante a Ditadura Militar, de forma obrigatória. A ideia era formar cidadãos responsáveis e conscientes, por meio do estudo de temas como cidadania, ética e moral. Todavia, o objetivo principal dessa disciplina era controlar corpos e mentes para formar sujeitos condizentes com o sistema predominante na época.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

O artigo escrito por Mesquita (2024) defende a necessidade urgente de as escolas públicas brasileiras fortalecerem valores democráticos e o exercício da cidadania desde a infância frente ao projeto de militarização dessas instituições escolares. Para tratar dessa questão, a autora realizou uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, principalmente das características e das diretrizes do Pecim, entre 2019 e 2022.

Mesquita (2024) destaca que o governo federal atual, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), optou pela descontinuidade do Pecim. Todavia, existe um movimento anterior ao Pecim que ainda defende a educação sob o viés autoritário, com o intuito de levar a militarização às escolas públicas. Atualmente, mesmo sem o apoio do governo federal, percebemos que muitos governos estaduais continuam a implantar as escolas cívico-militares, como é o caso do Paraná, São Paulo e Goiás.

Para Mesquita (2024, p. 10), a ideologia presente no projeto pedagógico das escolas cívico-militares está voltada a "[...] propostas de formação coercitivas, que reprimem e frustram condutas, com bases nos seus valores e princípios, como instituição militarizada". Segundo a autora, as manifestações de resistências, rebeldias, questionamentos e discordâncias — que deveriam ser tratadas como questões ligadas à pedagogia no contexto escolar, pois são casos próprios de alunos em fase de desenvolvimento, passando pela infância e adolescência — são vistas como insubordinações, são reprimidas, deixando-se de lado o divergente, as discussões de ideias, os diferentes pontos de vistas, que colaboram para uma educação democrática e uma formação política e reflexiva dos estudantes.

Mesquita (2024) afirma que as escolas públicas militarizadas não promovem o respeito ao pensar diferente, à pluralidade de visões e o envolvimento de todos para a construção de um ensino democrático. Conforme a autora, as escolas cívico-militares procuram valorizar uma formação voltada ao patriotismo, ao civismo e às práticas autoritárias. Além disso, essas instituições possuem uma rígida disciplina e expulsam de suas dependências estudantes que são classificados como "maus" ou "incapazes" de ter um bom rendimento escolar. Mesquita (2024) destaca que a convivência dos estudantes com o diverso, o plural é essencial e que os pontos de vista diferentes e conflitos são fundamentais para o crescimento do ser humano, enquanto ser individual e social. Tudo isso faz parte de um processo democrático de aprendizado.

Por fim, Mesquita (2024) ressalta que, apesar de o grupo político que criou o Pecim não estar mais no governo federal, outros governantes ainda defendem o projeto educacional da militarização das escolas públicas, ainda que precisem utilizar recursos próprios. Eles atuam tanto na esfera estadual como na municipal. De acordo com a estudiosa, o Pecim contribuiu

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

para o retrocesso da educação. O seu objetivo é disciplinar e transformar os estudantes em cidadãos passivos, obedientes e acríticos, capazes de aceitar todas as ordens estabelecidas.

O artigo de Santos e Alves (2022) aborda a militarização da educação pública no Brasil em 2019. Os autores realizam uma análise desse cenário e constatam uma maior concentração das escolas militarizadas nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. O trabalho de Santos e Alves (2022) também aponta que o projeto de educação das escolas cívico-militares nada mais é do que uma transferência da tutela da administração político-pedagógica de escolas públicas, que estão em pleno funcionamento e ligadas às secretarias de educação, para uma política burocrática voltada ao corpo de bombeiros e à polícia militar.

Alves e Ferreira (2020) não discutem sobre o projeto das escolas cívico-militares implementadas com o Pecim em 2019, mas abordam a militarização de uma escola estadual em Goiás, ocorrida em 2015. O objetivo das autoras é compreender o motivo da origem dessa militarização e sua expansão no ensino público, bem como as justificativas e a história dos colégios militares de Goiás. As estudiosas realizaram um estudo de caso voltado para o colégio estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) de Aparecida de Goiânia.

Ao analisarem o sistema de ensino do CEPMG de Aparecida de Goiânia, Alves e Ferreira (2020) verificaram que existe uma agilidade dos órgãos públicos municipais e estaduais para atender as solicitações do comandante-diretor da escola, fazendo com que a instituição educacional funcione da melhor maneira possível. As autoras perceberam que existe uma agilidade nos pedidos de materiais que chegam à escola, diferentemente das instituições de ensino que não têm vínculo com os militares, pois há uma grande burocracia. Ao mesmo tempo, verificaram que existe uma cobrança de contribuição voluntária no colégio militar, o que facilita a entrada de recursos na escola.

De acordo com as autoras, a gratuidade é um princípio constitucional, mas a Secretaria de Estado de Educação de Goiás parece não se importar com a cobrança da contribuição nos colégios militares. Concomitantemente, elas perceberam algumas formas de controle que os colégios militares de Goiás impõem aos professores. Uma delas é a orientação para que nenhum docente participe de movimentos grevistas ou se vincule a órgãos políticos contrários à ordem estabelecida. Os docentes que não seguiram essa exigência pediram remoção e mudaram de escola. Todas essas questões retratam um modelo autoritário de educação, que impede as manifestações de identidades dos alunos e professores, bem como a livre forma de pensar e agir. Além disso, muitos pais procuram valorizar esse modelo de escola militar ligado a um

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

ensino rigoroso, voltado ao patriotismo, pois dá uma falsa sensação de instituição escolar segura.

Tomasini, Pereira e Holanda (2023) investigam as escolas que se tornaram cívico-militares a partir do Pecim, em 2019. Para isso, os autores realizaram pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema. Os estudiosos consideram que a militarização das escolas públicas constitui uma ameaça aos direitos da educação, além de aumentar a violência no ambiente escolar. O objetivo do artigo é analisar, a partir da Bioética de Intervenção, a militarização das escolas públicas do Distrito Federal.

Conforme os autores, a política de implantação das escolas cívico-militares tem como intuito dominar corpos e mentes de indivíduos, buscando promovê-los aos interesses da ideologia de soldado. Os autores chamam a atenção para o fato de que essa militarização do ensino público está voltada à periferia e à população mais pobre do Brasil, já que a classe mais rica frequenta escolas privadas. Diante dessa política educacional, os estudiosos destacam que o Estado age como um colonizador, de forma violenta, pois escolhe quem tem direito à educação e quem não tem valor para esse sistema de ensino.

Roseiro, Gonçalves e Rodrigues (2020) utilizam os conceitos de ordem, limpeza e germinação para afirmarem que as escolas cívico-militares destroem as ideias reflexivas dos alunos, os modos de ensinar dos professores e os métodos de ensino das escolas. De acordo com os autores, a militarização das escolas públicas visa implantar uma formação voltada à religião, ao militarismo e a questões econômicas, modificando o modo de vida dos alunos, professores e da gestão escolar.

O último artigo analisado aqui, escrito por Silva (2023), destaca que o Pecim é um projeto político de ensino de escolas cívico-militares que busca implantar uma educação de tempo integral. O autor realiza um exame qualitativo do Pecim e faz uso da revisão bibliográfica e da análise documental. Como método para situar a Educação Integral em Tempo Integral (EITI), recorre ao historicismo.

Silva (2023) analisa uma escola pública municipal dos anos finais do ensino fundamental, situada no bairro do Rocha, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, no contexto de implementação do Pecim na escola. Segundo o autor, após a inauguração da instituição escolar — ocorrida em 2020 —, a sua gestão, composta de civis e militares, foi exonerada pela Secretaria Municipal de Educação por desrespeitar os critérios de segurança sanitária no período da pandemia de Covid-19 e por incentivar a doutrinação dos alunos. Nesse sentido,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

Silva (2023) critica o Pecim por desconsiderar a cultura escolar, apresentar uma verticalidade administrativa e possuir um conservadorismo pedagógico.

Ao discutirmos os artigos pesquisados nas publicações acadêmicas da SciELO, no período de 2000 a 2024 no Brasil, analisando como os autores abordam os projetos de escolas cívico-militares ou a participação dos militares na educação, verificamos que os estudiosos criticam a participação dos militares na gestão das escolas públicas do Brasil, não concordam com medidas autoritárias implantadas pelos governos para combater a violência escolar e apontam o interesse político desses colégios em controlar corpos e mentes, sob um viés conservador e autoritário.

A análise dos trabalhos também mostra que quem defende o projeto de escolas cívico-militares tem o intuito de retomar disciplinas como Educação Moral e Cívica nos currículos escolares — o que não contribui com a formação do pensamento crítico dos alunos, mas sim com uma educação disposta a atender os interesses do mercado — e de fazer com que os estudantes exaltem o seu país e não elaborem reflexões críticas sobre a sociedade e as políticas existentes. Apesar de o governo federal atual ser contra o projeto de escolas cívico-militares, percebe-se que muitos mandatários estaduais ainda defendem esse modelo de ensino. Exemplos disso são os representantes estaduais do estado de São Paulo, Paraná e Goiás.

Alguns autores também mostram que o Pecim está mais difundido em regiões específicas, as quais, pelas nossas análises, são locais conservadores, o que não é por acaso, pois o programa representa uma política de controle da educação, com objetivo de formar alunos passivos, obedientes e que aceitem todas as ordens estabelecidas, indo contra um modelo educacional de gestão democrática e participativa. Observamos que muitos estados brasileiros aderiram ou estão expandido as escolas cívico-militares, sobretudo estados considerados conservadores, como São Paulo, Paraná e Goiás. Os estudiosos também apontam que as escolas cívico-militares seguem uma gestão pedagógica que visa a doutrinação e é voltada para uma verticalidade administrativa; muitas vezes elas cobram uma taxa escolar para uniformes ou outros materiais educativos da família de seus estudantes, que, apesar de não ser obrigatória, acaba por gerar a exclusão daqueles que não podem pagar.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisamos 12 trabalhos pesquisados na plataforma SciELO, seguindo critérios e metodologias específicos, dos quais já tratamos. Examinamos como os projetos de escolas cívico-militares são abordados nas publicações acadêmicas no período de 2000 a 2024.

A discussão bibliográfica indica que o projeto de escolas cívico-militares ligado ao Pecim e implantado no Brasil, em 2019, pelo governo do presidente Bolsonaro se associa ao modelo neoliberal de educação, que visa transformar a escola em uma empresa. Os autores criticam a participação dos militares na gestão das escolas públicas do país, pois está ligada a medidas autoritárias que não são eficazes para combater a violência escolar. Argumentam que as escolas cívico-militares fogem de um projeto educacional democrático, plural, que busca contribuir para uma formação cidadã e crítica dos alunos. O que está em jogo é a intenção política de governos de direita e conservadores, que visam implantar uma pedagogia autoritária nas instituições escolares. A intenção é controlar corpos e mentes dos alunos para que uma educação emancipadora não se consolide.

Disciplinas como Educação Moral e Cívica já chegaram a ser pauta de políticos conservadores que desejavam inseri-las nos currículos escolares. Isso não melhora a educação; pelo contrário, aumenta o risco de os estudantes não desenvolverem pensamentos críticos para serem formados para a cidadania. O ensino só teria eficiência para atender o interesse do mercado, e não para educar para questionar o sistema político e a sociedade em que vivem, fazendo com que os alunos deixem de ser sujeitos reflexivos e construtores de suas próprias histórias.

Não se pode esquecer que o Pecim é um projeto neoliberal, e seu intuito é controlar a educação a comando de uma elite que não tem objetivo de dar uma educação de qualidade para todos, mas de transformar estudantes em seres vulneráveis, obedientes, que aceitem ordens e não atuem contra o sistema. No entanto, após o governo Lula encerrar o Pecim por ser contrário ao programa, muitos políticos de governos estaduais ainda defendem e continuam expandindo as escolas cívico-militares, sobretudo estados com histórico de conservadorismo, como São Paulo, Paraná e Goiás. A principal finalidade do modelo neoliberal de educação é formar uma massa que atenda aos interesses do mercado de trabalho, adaptada à flexibilização de rotinas de serviços, com profissionais multitarefas para realizar trabalhos temporários, simples, repetitivos, sem necessidade de uma formação mais qualificada, como a oferecida no ensino superior.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

Se quisermos ter uma educação mais democrática, de qualidade e que vise a formação para a cidadania, com indivíduos que possam ter consciência de suas ações e transformar a sociedade em que vivem, devemos deixar de lado a influência de medidas educacionais neoliberais, e isso inclui a criação de escolas cívico-militares. Aliás, ao se apropriarem das escolas públicas, muito do que já foi conquistado para combater a exclusão social e educacional acaba se perdendo. É o caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que visa incluir aqueles que não tiveram acesso aos estudos na idade considerada adequada, pois quando uma instituição se torna uma escola cívico-militar, a EJA passa a não mais existir naquele ambiente. Os dados mostram que o mais coerente seria investir nas escolas públicas, em sua infraestrutura, nos docentes e na educação crítica, democrática e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábia; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. O processo de militarização de uma Escola Estadual Pública em Goiás. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-14, 2020.

AMARAL, Daniela Patti do; CASTRO, Marcela Moraes de. Educação Moral e Cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1078-1096, out./dez. 2020.

BARTOLOZZI, Eliza; ELLEN, Sue. Atual política neoliberal de militarização da escola pública no Brasil. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 302-320, set./dez. 2020.

BENEVIDES, Alesandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. **Nova Economia**, Minas Gerais, v. 30, n. 1, p. 317-343, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 6 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.	
Recebido em: 29/06/2025	Aceito em: 01/04/2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Sobre o Pecim**. [20--]. Disponível em: https://pecim.ibict.br/sobre-o-pecim/. Acesso em: 17 maio 2025.

COSTA, Marco Antonio Ferreira da; COSTA, Maria de Fátima Barrogo da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**: artes e ofícios da participação coletiva. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KLIPPEL, Sandra Regina; WITTMANN, Lauro Carlos. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Tradução de Fabio Creder. Petrópolis: Vozes, 2023.

LOPES, Cleber; ROSSATO, Rafael. Quando a polícia militar vai à escola: uma avaliação de impacto do Programa Escola Segura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. 1-22, 2023.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MESQUITA, Delma Lúcia de. A cidadania desde a infância contra a lógica da militarização da escola pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 1-22, 2024.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. Um estudo histórico sobre o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba – MG (1964-1968). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 214-234, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; DUTRA, Natália Marcelino; LUDGERO, Laura Figueiredo. Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, p. 1-17, 2023.

ROSEIRO, Steferson Zanoni; GONÇALVES, Nahun Thiaghor Lippaus Pires; RODRIGUES, Alexsandro. Ordem, limpeza e germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 1-18, 2020.

SANTOS, Eduardo Junior Ferreira; ALVES, Miriam Fábia. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. 1-18, 2022.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. La gestión democrática de la educación en el contexto del mundo del trabajo y de la reforma del estado. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 15, n. 25, p. 7-17, dez. 2014.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A concepção cívico-militar de educação integral e(m) tempo integral. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1-19, 2023.

SOUZA, Juliana Boanova; SANTOS, Suelen Assunção. Programa Escola Cívico-Militar: diagnóstico do presente. **SciELO Preprints**, 10.1590/SciELOPreprints.4140, 2022. *Preprint*.

TOMASINI, Ana Júlia; PEREIRA, Felipe Medeiros; HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. Uma análise bioética das escolas cívico-militares no Distrito Federal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, p. 1-17, 2023.

SOBRE OS AUTORES

Lucas Mateus Vieira de Godoy Stringuetti
Professor Colaborador Doutor na Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), câmpus de Jacarezinho, e professor efetivo de História do estado de São Paulo, na Escola Estadual Francisco Duarte, em Ibirarema. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) de Assis (2022) e Mestre em História, na área de História e Sociedade, pela Unesp de Assis (2018). Possui graduação em História também pela Unesp de Assis (2014) e graduação em Letras (Português-Inglês) (2019) pela mesma instituição. Também é graduado no curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Ifsp), câmpus de Boituva (2025).
E-mail: lucas.stringuetti@hotmail.com

Luciane Penteado Chaquime
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na área de Educação/Pedagogia, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Ifsp), câmpus de Matão. Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte) da UFSCar.
E-mail: lupenteado@ifsp.edu.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 27, e5181, 2026.
Recebido em: 29/06/2025 | Aceito em: 01/04/2026